

Discurso de posse (AMAGIS 2010)

Gostaria de, nesta oportunidade, agradecer tantas pessoas que tornaram possível a realização de uma administração que ora se inicia. O caminho foi longo, e a responsabilidade que implicam a confiança e o esforço de todos tornam-me devedor de gratidão e serviços a serem distribuídos nos próximos três anos. Começo por reverenciar minha esposa e filhos, cujo apoio jamais faltou, mesmo quando, por necessidades da AMAGIS ou da AMAGIS/SAÚDE, minha ausência do lar se fazia costumeira; ainda assim, com tudo o que implica estar distante em momentos de felicidade ou tristeza, sempre encontrei amparo seguro no calor do desejo de compartilhamento das vidas em família.

Cumprimento agradecendo os amigos que não me faltaram no trajeto vitorioso de uma candidatura costurada como compromisso de todos, tudo culminando neste momento. Amigos com quem viajamos, planejamos objetivos estratégicos, dividimos o espaço da administração com confiança irrestrita, a quem nos socorremos sempre que necessário, independentemente de cargos ou distinções; pessoas que fazem falta para superação do cotidiano atribulado de quem quer que se aventure pela senda da representação classista.

Agradeço os amigos que ousaram acreditar e se dispuseram à implantação e execução do projeto de três anos que nos une, abdicando da tranquilidade merecida junto aos seus para prestar serviços e contas ao crédito manifestado por nossos pares. Cientes estão das dificuldades que enfrentaremos no percurso que divisamos

ao horizonte, não apenas pelos percalços naturais à representação classista, mas igualmente pelo cenário de tantas incertezas nos ambientes político, econômico e institucional. Apesar de tudo o que nos aguarda, tenaz é a disposição de todos no alcance de objetivos que transcendem cada um de nós.

Aos que nos sufragaram, nosso reconhecimento. Um projeto de consolidação e ampliação de direitos, prestação de serviços que vão desde as comezinhas obrigações associativas à segurança individual e familiar dos magistrados, do atendimento às mais diversas solicitações à melhoria das condições de trabalho, do resgate e respeito a expectativas, garantias e prerrogativas, enfim, uma planificação consciente do que nos cabe nesta quadra da vida associativa, somente se concebe e realiza com a firme determinação e convicção de viabilidade por parte dos nossos companheiros de caminhada rumo ao destino comum de um Judiciário mais forte, conhecido e respeitado.

Cumprimento com especial afeto o amigo Nelson Missias de Moraes, bem como a todos os componentes de sua vitoriosa administração, que superou expectativas e promessas, realizando venturosa missão implementada com sentimento quase religioso de devoção à causa de todos e de cada um dos associados em seus momentos mais difíceis. Ao Nelson, e aos que com ele formaram a equipe que se despede, nosso sincero reconhecimento.

O Judiciário mineiro se engrandece nesta tarde/noite em que oportunizado o encontro de autoridades locais, estaduais e federais que reconhecem, dando como testemunho sua trajetória de vida pública, a importância da coragem cívica de arrostar perigos e afrontas políticas nas

mais diversas esferas de poder, sempre confiantes que uma magistratura forte e altaneira é exigência dos tempos democráticos, e que a democracia é caminho que se percorre sem pressa de chegar, pois a cada momento, a cada patamar alcançado, novos desafios nos impõe superar. São colegas magistrados (provenientes dos diversos quadrantes deste estado de Minas Gerais, ou ainda de outras unidades da federação), amigos que fizemos ao longo desta vida.

Esta é a oportunidade, permitam-me os presentes, de reconhecer, além das autoridades já homenageadas nesta solenidade, outras cujos nomes e feitos engrandeceram e dignificaram o Judiciário, prestando-lhes reconhecimento. Honrar aos que contribuíram para o aperfeiçoamento democrático das instituições e do Judiciário, em particular, é dever cívico que impera na consciência dos justos.

Concedam-me, portanto, um instante de referência àqueles a quem ora nos dirigimos.

Dignifica esta solenidade a presença do Dr. Paulo Geraldo de Oliveira Medina, cujo currículo é uma folha de serviços prestados ao Judiciário mineiro e brasileiro. Não há necessidade de minudenciar toda sua trajetória em carreira notável, basta-nos referenciar o cidadão nascido em Rochedo de Minas, que ingressou na política partidária, foi vereador, presidente da Câmara Municipal, exerceu o magistério, ingressou na magistratura mineira chegando ao cargo de desembargador Corregedor-Geral de Justiça, foi presidente da AMAGIS, presidente da AMB e da FLAM, alcançou o Superior Tribunal de Justiça. Infelizmente uma vicissitude colheu-o no caminho, uma injustiça que está a merecer reparos e certamente

encontrará corrigenda em data próxima, para que possa tornar ao local de onde não deveria ter sido retirado e ao brilho habitual do seu espírito. Seu nome, que nunca esteve solitário, evoca as melhores tradições e companhias deste sentimento que se chama mineiridade.

Igualmente dignifica esta solenidade a presença do Des. Reynaldo Ximenes Carneiro, nome que por si é uma lenda, homem cuja vida exemplar serve de farol a tantos que, como nós, trilham a carreira judiciária na busca de sempre realizar a justiça na melhor e feliz expressão de Paul Rocoer: “terceiro equidistante” dos fatos e das partes, ponto de equilíbrio buscado por quem se sente vilipendiado em seu direito.

Ninguém há de duvidar da grandeza, coerência, capacidade de ação, realizações e valores representados por estes homens aqui referenciados em singela homenagem; pessoas cuja presença nos infunde a confiança necessária à importância da missão do Estado nas vidas dos nossos concidadãos.

Prezados amigos, caras amigas,

Companheiros da viagem que se inicia, desde os primeiros momentos da saudável campanha de 2009, extraordinariamente valorizada pelo debate de idéias na adequada arena de manifestação do conjunto dos associados, percorrendo todo o Estado de Minas Gerais à busca do compromisso com idéias e valores condutores da nossa AMAGIS para o triênio 2010/2012, pontuamos a necessidade imperativa de observância da solidariedade entre pares, da credibilidade para realizações, seriedade de propósitos e critério na identificação de prioridades, responsabilidade pelos meios escolhidos para

concretização de tudo quanto nos revela a consciência da magistratura mineira, de modo a que se apresente sempre independente, como é próprio do espírito de quem habita e compreende o significado da topografia, do clima e da inigualável arte política que fez da irresignação com a tirania, desde a colônia, a marca do caráter mineiro.

Assim nos comportamos e nos submetemos ao julgamento da assembleia eleitoral, após franco debate de idéias contrastantes e de princípios de atuação que revelavam as opções políticas assumidas pelos grupos polarizados. A assembleia, tradicional e adequada arena de confronto político, soberanamente decidiu os rumos políticos fundamentais, seja da AMAGIS como da AMAGIS/SAÚDE, referendando as realizações da administração capitaneada pelo colega e amigo Nelson Missias, bem como chancelando por segunda oportunidade a reforma estatutária operada em março de 2009; a vontade da maioria dos juizes mineiros, observada ampla discussão, por diversos veículos, de todas as opções postas pelo democrático dissenso dos nossos oponentes de então, prevaleceu e unificou a voz da magistratura.

Nossa peregrinação por Minas Gerais e pelo Brasil mostrou, em cruas cores e cardas texturas, o que tantos de nós intuitivamente percebemos haver no cenário jurídico/político: nosso país alcança a quadra da consolidação da democracia como opção consciente e não pode soçobrar no mar de procelas que agita os diversos regimes ainda mal instalados em repúblicas da nossa América Latina. O papel de timoneiro deste subcontinente, olvidado por algumas das personalidades que têm, por dever dos cargos que ocupam, o compromisso de reposição deste país no local de liderança a que sua história e tradição o alçam, não deve ser relegado;

devemos nos lembrar que não somente os Poderes Executivo e Legislativo nos projetam internacionalmente, mas igualmente o Judiciário, com sua capacidade de diagnosticar e aplacar os males da República, deve postar-se à frente para servir de referência às democracias titubeantes de nossa vizinhança, apontando a prevalência de princípios, tão fáceis de desconsiderar em tempos de crise, sem os quais a cidadania jamais superará a fase de infante e não terá a coragem cívica de assumir as rédeas do porvir.

Também internamente o Judiciário tem sérias questões a solver, como a esperada nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A Constituição já completou seus vinte e um anos, a O.A.B. tem seu renovado estatuto desde 1994, o Ministério Público e a Defensoria Pública têm suas leis orgânicas nacionais vigentes há mais de quinze anos e a magistratura continua regida pela Lei Complementar 35/79, concebida em regime de exceção e carente de legitimidade, em autêntico desafio assíncrono aos tempos que correm. A magistratura de carreira deseja e necessita participação na formulação da legislação que definirá seus rumos neste século; que seja democrática na concepção e no funcionamento, cristalizando institutos que digam ao povo não apenas que há juízes, mas que são livres de amarras para julgar acima de tudo com o Direito e pela Justiça, que são legitimamente representados, tal como se dá com a cidadania quando vota.

O Conselho Nacional de Justiça vem de tentar resultados para os quais foi criado pelo poder constituinte derivado nos idos de 2004. Mas sua concepção como instituição norteadora da administração do Judiciário em todo o país não favoreceu o cumprimento da missão constitucional que lhe foi atribuída: o ramo judiciário que

congrega a maioria absoluta dos magistrados brasileiros (cerca de 75% do total de magistrados do país), de mais amplo espectro competencial (chega a responder pelas competências trabalhista e federal comum onde estes ramos judiciários não têm estruturas de atendimento de demanda jurisdicional instaladas) e que responde pela maioria esmagadora dos feitos em andamento (cerca de 90% dos feitos em andamento no país), tem apenas dois assentos dentre quinze da composição plena. Vale dizer, para melhor conhecer a multifária realidade dos diversos judiciários estaduais, deveria a composição do CNJ adequar-se à verdade da composição e missão da magistratura nacional. Sem um tal conhecimento, continuaremos a testemunhar o desconsolo da inobservância do desenvolvimento político/institucional de cada estado da federação no planejamento de estratégias de enfrentamento da dura realidade judiciária nacional. Não queremos fugir à responsabilidade que nos toca no embate diuturno por uma justiça republicana e cidadã, mas não podemos ser alijados, como atualmente decorre da deficiente composição do CNJ, do processo decisório, vez que assegurado ingresso francamente minoritário e desproporcional na arena dos debates.

É também anseio da magistratura mineira não receber resignadamente decisões sobre seu futuro, venham de onde vier, mas participar ativamente, com reais oportunidades de manifestação; não como ocorreu recentemente em consulta do CNJ, encaminhada a 22 de dezembro às associações de classe, em pleno período de recesso forense seguido de férias individuais de grande parte dos associados, o que acarretou supressão efetiva de voz e vez, já que inviabilizada a mobilização e, mais que isto, a discussão do tema então proposto.

Minas Gerais, cuja história é autêntico emblema de liberdade cravado ao peito do Brasil, nesta oportunidade postula, por toda magistratura nacional, e sabe que será atendida, pois os tempos do ensombrecimento das consciências pelo jugo da força bruta tornaram-se página virada há um quarto de século, a abertura dos debates do planejamento estratégico à participação das associações de classe e à magistratura estadual, cuja representatividade na composição do órgão de controle não corresponde à importância que tem para a cidadania.

Uma nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que contemple institutos democratizantes da administração judiciária, certamente obviará os males que sua ausência vem causando. A confusão entre matérias administrativas e judicializadas, com decisões liminares conflitantes, e até mesmo decisões monocráticas do órgão de controle contrariando normas do mesmo emanadas, deverão ser superadas por limites legitimamente construídos na arena de debates do Congresso Nacional, tão logo o Supremo Tribunal Federal se desincumba de encaminhar o respectivo anteprojeto de lei. O que não cabe mais é o reino da incerteza a que condenados magistrados de todo o país por obsolescência e deslegitimação do direito escrito vigente, expondo, como conseqüência, constrangedor vácuo de legitimidade jurídica na disciplina funcional de quem assumiu por vocação dirimir as controvérsias que sacrificam o ânimo dos seus concidadãos.

Senhoras e senhores,

A AMAGIS/SAÚDE, nosso tão querido plano de saúde, hoje com reservas suficientes a nos infundir confiança, expandirá seu atendimento neste triênio que se

inicia, sem que isto importe sacrifício financeiro adicional dos nossos associados. Estudos já se encontram em andamento para que nosso grupo familiar, mais que nossa família nuclear, seja por completo atendido, superando dificuldades tão comumente encontradas por ocasião do óbito do titular ou pensionista. A família estará melhor assegurada. Outras conquistas virão.

A importância da AMAGIS não se faz sentir somente entre os associados, mas espraia-se por toda a sociedade, na medida em que assume o papel de voz da magistratura mineira e passa a ter atuação política não apenas na busca e no asseguramento de direitos típicos, como ainda quando se propõe e se posta para a discussão da pauta nacional, sob o crivo dos direitos e interesses dos magistrados. Uma magistratura melhor equipada, no plano legislativo como material, assegurada a composição de uma estrutura de gabinete que conte com assessoria em todas as entrâncias e especializações (tal como preconizado em comando político obtido na Assembléia Legislativa e incorporado à atual Lei de Organização e Divisão Judiciárias), prestará melhores e mais eficientes serviços à população.

O bom e cordial relacionamento com os Poderes Executivo e Legislativo, realidade do mandato de Nelson Missias, já se faz presente no cotidiano do atual, desde que administrativamente fomos empossados a 03 de janeiro.

Direitos e interesses dos magistrados da ativa, dos aposentados e pensionistas são buscados diuturnamente, por vezes restaurados como indispensáveis à tranqüilidade de julgar. Neste contexto, particular atenção merece a situação de nossos cônjuges e filhos, que nos momentos de maior angústia não podem ser relegados às dificuldades

advindas da última reforma previdenciária. Para tanto a AMAGIS consorciou-se a outras entidades de classe das carreiras jurídicas do serviço público brasileiro tornando-se instituidora da JUSPREV, nosso fundo de pensão, que permitirá, a nós ou aos nossos familiares, fazer face às contingências da vida.

Dos esforços conjugados de todos nós e de nossa capacidade de colocar o judiciário estadual a discutir a pauta nacional dependerá a formação de uma nova realidade, uma realidade em que juízes não tenham mais que sacrificar sua saúde e, até mesmo, suas vidas na pouco compreendida vocação de distribuir justiça, tal como ocorreu recentemente com nosso colega Rodrigo Silva Campos, desafortunadamente vencido pelo stress, pela fadiga e pela extrema dedicação em favorecer o bem estar do próximo; tombou honrado, digno, mas sua vida e seu exemplo não se devem perder nos desvãos das discussões sem fim, que em nada auxiliam a cidadania e a democracia; merece ser lembrado enquanto não superados os entraves da incompreensão e da falta de condições adequadas de trabalho; merecerá ser lembrado, quando mais elevado patamar se atingir no desenvolvimento institucional e não houver o magistrado que se afastar do cuidado pessoal para atender seu semelhante, para que retrocessos não ocorram. À memória de Rodrigo Silva Campos, nossos respeitos.

No encerramento desta solenidade, reconheço a imensa responsabilidade de presidir a AMAGIS, lastreado na confiança de toda a classe, o que serve de alimento à redobrada disposição de arcar com os ônus de uma administração colegiada em momento de definições fundamentais no cenário nacional.

A todos, muito obrigado.